www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA ISBN: 978-65-87289-08-3

GT 80. Transições democráticas e controle social: repensando marcações temporais

Coordenador(es):
Liliana Sanjurjo (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Taniele Cristina Rui (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Sessão 1 - Ditadura, Políticas de Memória e Reparação
Debatedor/a: Desirée de Lemos Azevedo (Unifesp)

Sessão 2 - Transição Política, Direitos Humanos e Desigualdades
Debatedor/a: Adalton Jose Marques (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco)

Sessão 3 - Democracia, Sistema Prisional e Controle Social
Debatedor/a: Fábio Mallart (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

O GT pretende reunir etnografias e pesquisas históricas que constroem delineamentos acerca de transições democráticas, desafiando marcações temporais convencionadas e preferindo tomá-las como problema de pesquisa. Como explicação a priori, o binômio democracia/ditadura, muitas vezes, impede-nos de pensar a respeito dos processos que ajuda a descrever e dos problemas que é capaz de ocultar em nossas pesquisas. Nesse sentido, a proposta visa colocar em debate trabalhos, de caráter conceitual e/ou de diferentes recortes empíricos, para provocar reflexões imprevistas em torno do mesmo problema teórico-político. Sem limitar os campos de investigação que poderão ser acolhidos, nos interessam trabalhos que problematizem questões como: 1) as implicações das leis de anistia e os silenciamentos impostos a atores sociais que sofreram violências durante a vigência de regimes ditatoriais, assim como a recepção de suas lutas reivindicativas de memória, verdade e justiça em democracia; 2) o caráter ambíguo de políticas humanitárias transicionais adotadas por países periféricos; 3) construções de fronteiras e distinções entre crime político e crime comum, e/ou entre segurança nacional e segurança pública, como mecanismos de controle social; e 4) a mobilização da guerra às drogas e a expansão penal como dispositivos centrais de combate às ilegalidades e controle das populações pobres (majoritariamente não-brancas) em democracia.

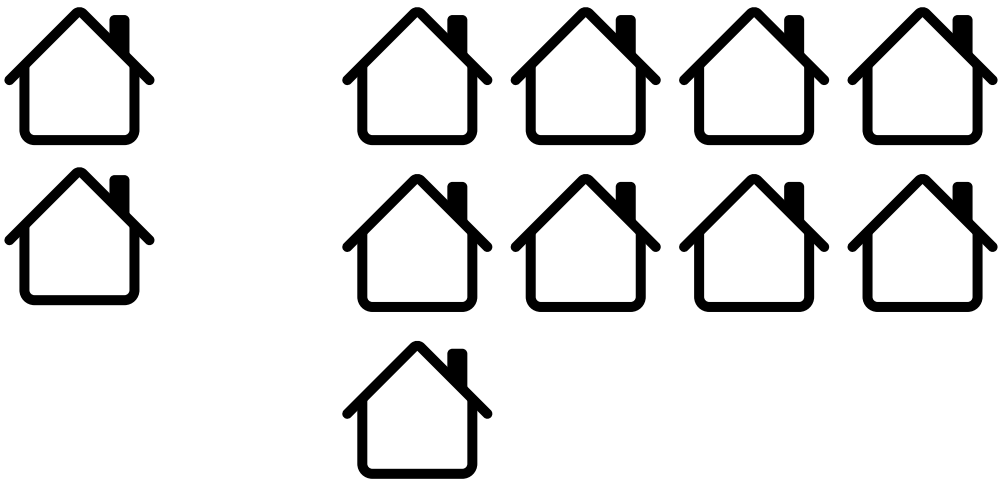
> **Narrativas e condenações criminais: a construção de associados e traficantes em acórdãos criminais.**
> **Autoria:** Michel Cícero Magalhães de Melo (OAB)
> A presente proposta analisa a construção de duas categorias nos acórdãos criminais do judiciário fluminense: associados e traficantes. Estes acórdãos são fruto da produção judicial dos desembargadores que compõem as Câmaras Criminais, que na atualidade se constituem em oito câmaras, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. A ideia central que busco discutir é como através de um fluxo de narrativas que são produzidas por diversos atores do ?sistema? de justiça criminal se permite conectar narrativas que possibilitam a sujeitos determinados serem construídos como associados e traficantes. Quem são esses sujeitos? Quais fatores o condenam? Como o arcabouço jurídico é usado para construir tais condenações? Em tempos de acirramento das disputas em torno das configurações do sistema penal, vale lembrar o recente pacote anticrime, é urgente analisar como as condenações foram e são realizadas pelo judiciário. Os crimes tipificados pela legislação de drogas, Lei n. 11.343/06, correspondem hoje a um dos principais fatores de encarceramento, e

www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA ISBN: 978-65-87289-08-3

> de, justificava para operações/execuções policiais. Colocar na pauta do dia a análise dos dispositivos e mecanismos de poder que inserem marcas e números em sujeitos através dos processos é lidar não só com uma das principais mazelas que afligem negros, pobres e periféricos no Brasil atual mais também romper com uma lógica sistêmica de que punir é a solução para os nossos conflitos. Afinal, para quê(m) o nosso judiciário vem sendo tão produtivo?

 ISBN: 978-65-87289-08-3

Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização: **Apoio:** **Organização:**